

Sexta-feira

Teresina, 12 de fevereiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ DESPESAS CORRENTES

Governo atinge limite prudencial da LRF e manda cortar gastos

Foto: Cledjane Moura

A maior preocupação do Governo é manter o Estado adimplente para garantir US\$ 320 milhões do Banco Mundial.

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

A queda no valor dos repasses do FPE (Fundo de Participação do Estado) para o Piauí em 2015, que atingiu em torno de 6%, provocou o aumento no percentual dos gastos com custeio e manutenção da máquina e no pagamento de pessoal. A consequência direta, segundo a equipe econômica do Governo do Estado, foi o Estado passar da condição de alerta para a de limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal nos gastos com pessoal.

Com isso, o Estado acendeu a luz amarela quanto ao risco de ultrapassar o limite de gastos da LRF com pessoal. E a equipe econômica foi acionada para monitorar as despesas e cortar gastos para se manter no limite da LRF. Se chegar ao máximo, com gastos de 49% da receita corrente líquida com pagamento de pessoal, começam as sanções para o Estado. O governador Wellington Dias passou ontem as orientações ao secretário de Governo, Merlong Solano, e ao secretário de Planejamento, Antônio Neto, para manter o equi-



GOVERNADOR Wellington Dias em reunião com sindicato dos professores: Estado perde receitas e aumenta despesas

librio financeiro do Estado.

O aumento dos gastos com pessoal ocorre justamente num período em que as receitas próprias diminuem, em função da crise econômica, e em que as categorias cobram o pagamento de acordos salariais, que, se concedidos, implicarão em mais despesas com pessoal. Ontem à tarde, Wellington se reuniu com os representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sinte-PI (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí) e das secretarias de Educação, Administração e Fazenda.

A ideia do governador era

explicar a situação e pedir calma e paciência para os servidores, que anunciam greve para segunda-feira, dia 15, pedindo reajuste de salário. A maior preocupação do Governo nesse momento é manter o Estado adimplente, para não perder os repasses e convênios com o Governo Federal, que têm mantido os programas e serviços funcionando. E também não ultrapassar os limites da LRF, para não perder o direito ao contrato com o Banco Mundial de empréstimo de US\$ 320 milhões.

O dinheiro do Banco Mundi-

al deve sair em abril. Totaliza mais de R\$ 1,200 milhão e vai ser investido em infraestrutura, educação, saúde, saneamento, regularização fundiária, dentre outras ações. Várias categorias de servidores querem reajuste, a restituição da gratificação de insalubridade cortada pela metade em janeiro e a implantação do plano de cargos e carreiras. O Estado tenta postergar a pauta e negociar os reajustes parcelados em cada quadrimestre, que é quando a Secretaria do Tesouro Nacional, avalia a situação econômico-financeira do Estado junto à LRF.

ESTADO USA MANOBRAS FISCAIS PARA CUMPRIR LRF

O Governo do Piauí ainda não ultrapassou os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal por conta de manobras fiscais. No ano passado, o Governo conseguiu retirar da conta dos gastos com pessoal o pagamento dos inativos e pensionistas, com a anuência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). O ingresso de recursos provenientes dos depósitos judiciais, em torno de R\$ 47 milhões, também ajudou a elevar a receita do Estado.

Mas hoje, com a queda nos repasses e aumento das despesas, o Estado voltou ao limite prudencial, o que significa que mais de 46,55% da receita corrente líquida estão sendo gastos com pessoal. A receita corrente líquida é tudo o que o Estado arrecada ou recebe em repasses federais, menos receitas atípicas, gastos com fundos de previdência e os recursos que repassam para os municípios. O limite prudencial indica que os gastos estão muito próximos do teto.

Os estados que ultrapassam o limite prudencial sofrem restrições à concessão de reajustes (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados); à contratação de pessoal, exceto reposição

de funcionários na saúde, na educação e na segurança; ao pagamento de horas-extras e a mudanças na estruturas de carreiras. Quem estoura o limite máximo, fica proibido ainda de contrair financiamentos, de conseguir garantias de outras unidades da Federação para linhas de crédito e de obter transferências voluntárias.

Na busca por novas receitas, a alternativa do governador foi a apropriação de parte dos depósitos judiciais administrados pelo Tribunal de Justiça, a partir de autorização da Assembleia Legislativa. Esse bolo de recursos é formado por depósitos em juízo do governo, empresas ou pessoas físicas envolvidos em litígios que incluem pagamentos, multas ou indenizações. O dinheiro fica sob administração da Justiça até que haja uma sentença definitiva, o que pode demorar até décadas.

Esses recursos, porém, representam uma solução temporária e emergencial, já que precisarão ser devolvidos no futuro, com a devida correção e, em muitos casos, pagamento de juros. **(LC)**

Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Aí tem!

Se o Ministério Público e o Tribunal de Contas quiserem trabalhar, terão muito serviço pela frente na farra que foi a distribuição de recursos de emendas parlamentares para as festas carnavalescas.

Empresas foram contratadas sem licitação.

DENÚNCIA

Alepi pede inspeção em Fundos de Previdência

Deputados querem que o TCE investigue se está havendo desvios de recursos por parte de prefeituras

João Magalhães
Repórter

A Assembleia Legislativa do Piauí aprovou requerimento apresentado pelo deputado estadual Robert Rios (PDT), que solicita ao Tribunal de

Contas do Estado, a realização de uma inspeção na movimentação financeira dos Fundos de Previdência Social das cidades de Campo Maior e Picos. O parlamentar explicou que foi informado através de denúncias de que os gestores das duas cidades teriam realizados saques e utilizado o dinheiro para outras finalidades, o que caracterizaria desvios de finalidade.

"Queremos saber se algum prefeito usou mal esses recursos, se for verdade que eles utilizaram os recursos para outra finalidade, nós iremos ao Ministério Público pedir a prisão desses

prefeitos", disse Robert. Os municípios de Campo Maior e Picos são geridos respectivamente pelos prefeitos Paulo Martins (PT) e Pe. Valmir (PT).

Questionado se a apresentação do requerimento era motivada pelo fato dos dois prefeitos serem do PT, partido ao qual Robert Rios acusa diariamente na Assembleia, o parlamentar negou. "Não tem nada a ver o partido deles, tanto é que eu ia apresentar um contra o prefeito de Piripiri, mas o deputado Marden (PSDB), que é de lá, tomou a frente e apresentou", argumenta Ro-

bert Rios.

O DIA tentou contato com os prefeitos citados por Robert Rios. Paulo Martins, de Campo Maior, informou que a previdência do município possui déficit devido a irregularidades cometidas em gestões passadas e creditou a denúncia de Robert Rios a questões políticas. "Não tem nenhuma irregularidade. Tem déficit, isso ninguém pode negar, mas irregularidade não. Nossa movimentação prova isso. É material requerido", diz o prefeito. A reportagem não conseguiu contato com o prefeito de Picos, Padre Valmir.



Deputado Robert Rios (PDT) é autor de requerimento que pede inspeção pelo TCE nos municípios de Picos e Campo Maior

Governo vai recorrer até as últimas instâncias para manter OS administando hospitais

O Governo do Estado vai recorrer às últimas instâncias do judiciário para garantir que as organizações sociais (OSs) possam administrar alguns serviços públicos, como o Hospital Regional Justino Luz, principal unidade de saúde de Picos, no Sul do Estado. O local é gerido pela OS Instituto de Gestão e Humanização.

Para o secretário de Governo Merlong Solano, o desempenho do hospital de Picos já melhorou desde que passou

a ser gerido pela OS, no segundo semestre do ano passado. "Prefeitos, vereadores da região têm me falado que o atendimento melhorou bastante. Assim que tivermos os indicadores, vamos divulgar", informa o secretário, que próximos dias ao Hospital Justino Luz para ver in loco como está a administração e o atendimento à população.

No início de outubro de 2015, uma decisão da Justiça suspendeu a administração

da OS alegando que a mesma configura fraude nas relações de trabalho, pois o Estado pretende contratar por meio de terceiros novos trabalhadores para desempenhar atividades próprias da administração pública.

No entanto, logo depois, o Governo do Estado conseguiu uma liminar cancelando a decisão anterior e hoje a OS continua gerindo o Justino Luz, classificado como de média complexidade e atende

cerca de 500 mil pessoas de 59 municípios da região de Picos.

Merlong lembra que o Piauí está ganhando com a mudança, inclusive financeiramente. "O Hospital tinha um custo de R\$ 3,4 milhões por mês e agora tem custo de R\$ 3,1 milhões, que só será repassado à OS caso a mesma cumpra todas as metas do Governo, como melhorar os indicadores exigidos no contrato.

(Robert Pedrosa)



TEMPO
Nascentes: 5h57
Pôr-do-sol: 18h14
Máxima: 33°
Mínima: 23°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

JORNAL meio norte

ANO XXI - Nº 8603 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2016



Picos e Campo Maior Plenário aprova inspeção em Previdência municipal

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou requerimento do deputado Robert Rios (PDT) solicitando ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) inspeção no Fundo de Previdência Social dos municípios de Campo Maior e Picos. De acordo com o parlamentar, o pedido foi motivado por denúncias de desfalques desses fundos de pensão dos municípios.

"Queremos saber se algum prefeito usou mal esses recur-

sos, se for verdade nós iremos ao Ministério Público pedir a prisão desses prefeitos", disse Robert. Pelo menos 50 municípios do Piauí possuem regime de previdência própria.

O sindicato dos servidores municipais de Campo Maior já acionou o Ministério Público, que após investigações, identificou um déficit no fundo de previdência. Em Picos também foi identificado déficit no fundo de previdência. (A.R.)



Mau uso do dinheiro público - 11/02/2016 às 13h53

Máquina do PAC estaria 'ao relento' há cinco meses em município do PI

Curtir 14

Tweet

G+ 0

Compartilhar

Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!

MAS DE 30% DOS APROVADOS EM MEDICINA NA UFPI SÃO CEV

PRÉ-Enem
A partir de R\$ 441,00

INÍCIO PREVISTO: 22/FEVEREIRO

86 3302.4414

SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Que muitos prefeitos não estão nem aí para o patrimônio público, isso é fato, mesmo com órgãos como o Ministério Público Estadual e Federal, a Polícia Federal – a Civil no Piauí não combate a corrupção – o TCE e o TCU, além da própria imprensa [livre](#) e dos demais órgãos fiscalizadores no enalço.

Muitos gestores administram suas [cidades](#) como se nunca, um [dia](#), fossem ser cobrados.

A última denúncia que chegou ao [Blog Bastidores](#) sobre o mau uso de tratores do PAC, diz respeito à uma motoniveladora, que serve para a

abertura de estradas vicinais.

Mas essa daí retratada, estaria, segundo a denúncia de vereadores do município de São Francisco de Assis, abandonada há cinco meses ao relento, em um povoado da região.

Haja santo...

É denunciar ao Ministério Público.



Blogueiro: Rômulo Rocha
Publicado Por: Rômulo Rocha





"Comum em vários municípios" - 12/02/2016 às 00h47

Como gestores 'lavam dinheiro' contratando pessoal das terceirizadas

 Curtir

 Tweet

 G+

 Compartilhar  

O manual para quem quer vencer na vida



Ao responder a um questionário que serviu como base para matéria de capa da **Revista 180**, intitulada "Como eles Roubam no Piauí – Um dos Estados mais corruptos do Brasil", o procurador-geral do Ministério Público do TCE-PI, Márcio Vasconcelos (**foto**), narrou como gestores públicos "lavam dinheiro" usando empresas terceirizadas.

"Nós já vivenciamos casos em que a empresa contratada não dispõe de nenhum empregado com carteira assinada em seu nome, demonstrando que ela não está apta a realizar o serviço. (...) Isso é uma prática bastante comum em vários municípios do Estado", narra.

"O gestor contrata uma empresa, que fornece notas fiscais frias e o valor desviado é utilizado para lavagem de dinheiro e para o pagamento de agiotas que ajudaram no financiamento da campanha eleitoral", pontua.

Blogueiro: Rômulo Rocha

Publicado Por: Rômulo Rocha



Pode pedir prisão de prefeitos - 12/02/2016 às 10h48

Robert Rios quer inspeção do TCE em municípios com previdência própria

Curtr

Tweet

G+1

Compartilhar



Conheça as atitudes de pessoas de sucesso!



O deputado Robert Rios (PDT) solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) inspeção no Fundo de Previdência Social de municípios denunciados por desfalques nos fundos de pensão dos municípios.

“Queremos saber se algum prefeito usou mal esses recursos, se for verdade nós iremos ao Ministério Público pedir a prisão desses prefeitos”, disse Robert. Pelo menos 50 municípios do Piauí possuem regime de previdência própria.

Fonte: Com informações da Alepi
Publicado Por: Jhone Sousa

Robert quer inspeção nos fundos de previdência dos municípios

12/02/2016 • 08:31

Da Redação do Portal AZ

O deputado Robert Rios (PDT) solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) inspeção no Fundo de Previdência Social dos municípios de Campo Maior e Picos. De acordo com o parlamentar opedido foi motivado devido denúncias de desfalques desses fundos de pensão dos municípios. "Queremos saber se algum prefeito usou mal esses recursos, se for verdade nós iremos ao Ministério Público pedir a prisão desses prefeitos", disse Robert. Pelo menos 50 municipais do Piauí possuem regime de previdência própria. O sindicato dos servidores municipais de Campo Maior já acionou o Ministério Público, que após investigações, identificou um déficit no fundo de previdência. Em Picos também foi identificado déficit no fundo de previdência.



O deputado Robert Rios (PDT) solicitou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) inspeção no Fundo de Previdência Social dos municípios de Campo Maior e Picos. De acordo com o parlamentar opedido foi motivado devido denúncias de desfalques desses fundos de pensão dos municípios.

"Queremos saber se algum prefeito usou mal esses recursos, se for verdade nós iremos ao Ministério Público pedir a prisão desses prefeitos", disse Robert. Pelo menos 50 municipais do Piauí possuem regime de previdência própria. O sindicato dos servidores municipais de Campo Maior já acionou o Ministério Público, que após investigações, identificou um déficit no fundo de previdência. Em Picos também foi identificado déficit no fundo de previdência.